

Os resultados políticos de Cartagena

A reunião não trará nenhum resultado prático imediato para a renegociação das dívidas. Mas garantiu um maior poder político aos devedores.

— A reunião de Cartagena em nada modifica a negociação da dívida externa pelo Brasil ou pelos demais países latino-americanos — afirmou ontem ao *Jornal da Tarde* uma alta fonte econômica brasileira.

— Haveria vantagem se tivesse sido possível fazer algo efetivo, que fosse traduzível em decisões por exemplo sobre o comércio — acrescentou a autoridade.

Mesmo que os resultados práticos do encontro de Cartagena para a negociação da dívida externa possam tardar, a reunião teve um significado político importante: 1) há maior unidade e portanto maior poder político latino-americano para dialogar com o mundo desenvolvido; 2) a reunião aumentou o grau de consciência dos países seja quanto à necessidade de ajustarem suas políticas domésticas, seja quanto ao estilo que devem usar nos entendimentos com os credores; 3) não há confronto com bancos internacionais, virtualmente poupados de críticas; 4) criam-se mecanismos de consulta sobre a dívida externa mais ágeis entre os países latino-americanos e decide-se prosseguir a pressão política pelo caminho dos encontros e das declarações, e a próxima reunião deverá ocorrer em Buenos Aires, antes da assembléia conjunta do FMI-Banco Mundial, em setembro.

A maioria das pessoas que direta ou indiretamente participaram da reunião de Cartagena sentiram uma sensação de conforto e solidariedade. Com poucas exceções, acreditam que é possível apresentar com muito mais nitidez e peso suas necessidades ao mundo desenvolvido.

Não existem porém grandes ilusões quanto ao prazo para um encaminhamento mais favorável das coisas. Um especialista brasileiro que chegou ontem da Europa, onde se reuniu com os mais importantes credores do continente, não supõe avanços significativos ou mudanças de critérios antes do ano que vem. "As mudanças virão, os credores já sabem disso, mas vão demorar. E antes das eleições norte-



Maior união dos devedores

americanas, em novembro, nada ocorrerá de prático" — admitiu.

Não há clube

A criação de uma secretaria para o próximo encontro dos devedores, sediada na Argentina, foi vista por alguns como o início da criação de um clube de devedores. É um engano. O clube não passaria do papel, já que os sócios — nações soberanas — dificilmente iriam dispor-se a entregar o comando de suas contas externas a outra nação. Isto é bastante nítido quando se imagina que países como Brasil, México, Argentina, Colômbia, entre outros, têm políticas distintas, conduzidas por pessoal qualificado, e dentro de estruturas de governo razoavelmente organizadas. O Brasil nunca delegaria a condução de sua dívida por hipótese ao México, que está na frente em busca de uma renegociação mais ampla, com menores custos e maiores prazos. Tampouco o México ou a Argentina abririam mão de eles próprios fazerem suas negociações. O clube, portanto, não teria presidente. E, nessa hipótese, não há clube e muito menos cartel. O que há são países dispostos a adotar decisões políticas conjuntas que mostrem o absurdo do quadro atual, em que os países ricos, em especial os Estados Unidos, tomam decisões capazes de anular qualquer esforço de ajustamento interno dos países latino-americanos.

A questão das políticas domésticas foi aceita em Cartagena, mas parece claro que os governos têm

grandes dificuldades para promover políticas antiinflacionárias e reduzir o déficit público. O Brasil, até agora, pouco conseguiu em relação aos preços, mas diminuiu bastante o déficit público e reequilibrou a caixa em moeda conversível, adquirindo até uma gordura cambial cujo maior evidência é o preço do dólar no mercado paralelo, muito próximo do oficial.

Desdobramentos

As autoridades econômicas consideram pequenos ou virtualmente nulos os resultados de Cartagena. Sempre que se sentarem às mesas com banqueiros ou representantes financeiros dos governos dos países desenvolvidos ou ainda agências multilaterais (FMI, Bird, Bid, etc.) poderão ter essa sensação de pouca utilidade do encontro.

Mas é possível que isto seja transitório, porque a gravidade da situação de alguns países pode acelerar mudanças no relacionamento entre esses devedores e os credores, e aí haverá certo respaldo político para as conversas bilaterais. Pelo menos se os latino-americanos estão realmente, como parece, fazendo grandes progressos sobre como conduzir suas políticas domésticas e como encaminhar as questões relativas às contas externas.

Não é provável uma reunião de cúpula entre devedores e credores, mas é possível que haja melhor utilização de foros disponíveis, como o Comitê de Desenvolvimento do Banco Mundial, sugerido pelo México. Pode ser uma prévia para incluir a questão do encaminhamento da dívida na assembléia do FMI-Bird.

As coisas poderão ser mais fáceis com uma campanha de informação bem conduzida nos Estados Unidos. Lá, mostrar-se-ia ao Legislativo e aos eleitores que a política econômica do seu país está provocando um desastre na América Latina, justamente pela interdependência do mundo. Uma tentativa desesperada, portanto, poderia ser, para quem pode, diminuir essa dependência.

Fábio Pahim Jr.,
enviado especial.